

BOLETIM INFORMATIVO

CAO. EDUCAÇÃO

05.2023



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	8
NOTÍCIAS DO MPF.....	12
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	14

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Carin Luciane de Azevedo – Assistente Ministerial

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT



[MP requer suspensão de decreto que prorroga mandato de conselheiros](#)

A 8ª Promotoria de Justiça Cível de Cuiabá com tutela coletiva da Educação ajuizou Ação Civil Pública (ACP) contra o Estado de Mato Grosso, com objetivo de regularizar a composição do Conselho Estadual de Educação (CEE). O Ministério Público requereu, em caráter liminar, a suspensão do decreto que prorrogou ilegalmente o mandato de 12 conselheiros (equivalente a 50% do total) e a finalização do processo para escolha de novos integrantes.



[Cartilha sobre segurança nas escolas é divulgada pelo MPMT](#)



O Ministério Público do Estado de Mato Grosso elaborou a cartilha digital “Orientações sobre segurança nas escolas”, com objetivo de contribuir para a segurança de professores e alunos nas unidades de ensino, em face da crescente ameaça de ataques. No dia 19 de abril, o material foi apresentado e debatido em reunião com integrantes da

Polícia Militar, Polícia Civil, Conselho Tutelar, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá e União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso (Undime), na sede das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude. O material apresentado está disponível [aqui](#).

[Protocolo Emergencial de Segurança nas escolas é lançado em Cuiabá](#)

Escolas estaduais de Mato Grosso receberão 5,5 mil câmeras de monitoramento. O anúncio foi feito pelas secretarias de Estado de Educação (Seduc-MT) e Segurança Pública (Sesp-MT), durante a reunião com representantes dos Poderes, comunidade escolar e sociedade. Os promotores de Justiça Miguel Shessarenko Júnior, que atua na defesa da educação, Gileade Souza Maia, Daniele Crema da Rocha de Souza e Rogério Bravin de Souza, que atuam na área da infância e juventude, participaram da reunião de trabalho.



Vozes do MPMT - Episódio discute segurança no ambiente escolar



A segurança no ambiente escolar tem sido uma preocupação geral e este é o assunto do episódio do Vozes do MPMT. Conversamos com o promotor de Justiça Miguel Shlessarenko sobre o projeto de Mediação Escolar e a cartilha lançada pelo MPMT com orientações para alunos, pais e toda a comunidade escolar. Você ouve o episódio completo no canal Vozes do MPMT no Spotify. Acesse [aqui](#).

Começam as aulas práticas de cursos de mediação escolar e círculos de paz

Começaram em Cuiabá as aulas práticas dos cursos “Mediação de conflitos escolares” e “Facilitadores de círculos de construção de paz”. Vinte e nove profissionais de seis escolas participam da iniciativa, que é resultado de uma parceria firmada entre Ministério Público de Mato Grosso, Poder Judiciário e Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT), por meio da assinatura de um Termo de Cooperação Técnica. À frente dos trabalhos, o promotor de Justiça Miguel Shlessarenko Junior é o responsável pelas aulas inaugurais do projeto.



Instituições se unem para coibir violência e indisciplina nas escolas



Como forma de prevenção e diminuição da violência e da indisciplina nas escolas, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Poder Judiciário e a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) assinaram Termo de Cooperação Técnica para prorrogação da execução do projeto Mediação Escolar. A iniciativa será desenvolvida por meio da manutenção, funcionamento e ampliação do Núcleo de Mediação Escolar para dar suporte às unidades de ensino.

MPMT promove articulação com rede de proteção para enfrentar ameaças

Promotorias de Justiça de Mato Grosso estão promovendo, em todo o Estado, articulações com a rede de proteção à criança e adolescente para enfrentamento às ameaças de massacres em escolas públicas e particulares. Nos últimos dias, foram definidos fluxos de atendimento em Nova Mutum, Nobres, Pontes e Lacerda, Sinop, Mirassol D'Oeste, além da Capital.



[Criador de perfil sobre massacre é impedido de fazer novas publicações](#)



A Justiça deferiu parcialmente pedido de liminar da Promotoria de Justiça de Feliz Natal (a 536km de Cuiabá) e determinou que o criador do perfil no Instagram intitulado “m4ssacrefeliznatal” se abstenha de publicar, em qualquer rede social, conteúdos violentos, ofensivos, discriminatórios ou que apresentem discurso de ódio ou apologia à violência.

O juízo fixou multa diária no valor de R\$ 1 mil para o caso de descumprimento da decisão. O homem de 25 anos, morador da cidade, foi preso pela Polícia Judiciária Civil, com apoio do Núcleo de Inteligência de Sinop, e acionado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

[Ação do MP requer contratação emergencial para atender criança autista](#)

J.E.G acabou de completar seis anos de idade e está ansioso para iniciar os estudos no Ensino Fundamental. Chegou a ser matriculado na Escola Estadual Coronel Antônio Paes de Barros, em Barão de Melgaço, mas por apresentar Transtornos do Espectro Autista e possuir dificuldades para movimentar o lado esquerdo do corpo, não pode frequentar a sala de aula. Isto porque a escola não possui uma técnica de desenvolvimento infantil para acompanhá-lo e prestar o apoio necessário.



[Grêmio Estudantil constituído por incentivo do MPMT atua em Sorriso](#)



A Avenida dos Universitários em Sorriso (a 420km de Cuiabá), próximo ao Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), teve a sinalização de trânsito revitalizada a pedido da Comissão Pró-Grêmio Estudantil do IFMT, constituída recentemente por incentivo do Ministério Público de Mato Grosso por meio do projeto Cidadãos com Voz e Vez. Tanto a avenida quanto outras vias próximas ganharam novas placas de sinalização destacando o limite de velocidade dos veículos e também informando a proximidade da unidade escolar. A região ainda deve receber faixa de pedestres, trazendo assim, mais segurança para a população.

[Justiça dá prazo de cinco dias para regularização de transporte escolar](#)

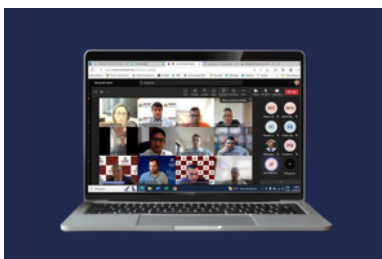
A 1ª Promotoria de Justiça de Rosário Oeste obteve decisão liminar favorável na Justiça, que determina prazo de cinco dias para “o fornecimento de transporte escolar de qualidade, de maneira integral (compreendendo todas as linhas de transporte escolar municipal e estadual), gratuita e contínua a todos alunos do Município matriculados na rede pública de ensino”.

Gaepe-MT avança em ações em prol da primeira infância em Mato Grosso

Em reunião realizada no dia 26 de abril de 2023, o Gabinete de Articulação para Efetividade das Políticas de Educação de Mato Grosso (Gaepe-MT), do qual o Ministério Público do Estado de Mato Grosso faz parte, avançou nas ações que serão executadas em prol da educação no estado, com a definição de diretrizes que nortearão o “Pacto pela Primeira Infância em Mato Grosso”. Proposto pelo conselheiro Antônio Joaquim, que representa o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) no Gaepe e preside a Comissão Permanente de Educação e Cultura do órgão, e aprovado por unanimidade, o pacto será lançado oficialmente em 17 de maio, durante reunião presencial das 19 instituições que compõem o Gaepe-MT.



Procuradoria Especializada faz reunião de alinhamento sobre PEI



Com o objetivo de apresentar os resultados apurados até o momento e alinhar as ações necessárias para cumprimento das metas estabelecidas no atual ciclo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do Ministério Público de Mato Grosso, a Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania e do Consumidor promoveu uma reunião com promotores de Justiça de todo o estado. Ao coordenar a reunião, o procurador de Justiça titular da Especializada, José Antônio Borges Pereira, chamou a atenção especialmente para dois indicadores da área: o índice de conformidade da atuação das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e a taxa de matrículas em creche de crianças até três anos.

NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Em documento, MPSP orienta membros no enfrentamento a conflitos em escolas

A Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOCrim) e do Centro de Apoio Operacional Cível (CAO Cível), elaborou um documento sobre Orientação Técnica Sobre Atenção, Proteção e Segurança nas Escolas para servir de parâmetro à atuação dos promotores de Justiça das áreas da infância e juventude, educação e criminal a fim de enfrentar os conflitos, promovendo a cultura da paz, e evitar os ataques a estabelecimentos de ensino. “Estamos mobilizados para proteção das nossas crianças e adolescentes no ambiente que deveria ser totalmente seguro e acolhedor, que é o escolar”, declarou o procurador-geral de Justiça, Mario Sarrubbo. O material está disponível para download [aqui](#).

MPSP | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULO

**ORIENTAÇÃO
TÉCNICA SOBRE
ATENÇÃO, PROTEÇÃO
E SEGURANÇA NAS
ESCOLAS**

MPPB - Uma escola segura se faz com a participação de toda a sociedade



o Ministério Público da Paraíba reuniu orientações aos integrantes da instituição e aos vários segmentos sociais. Também informou sobre ações e iniciativas que contribuem para uma cultura de paz e de enfrentamento à violência contra as escolas. Clique na imagem para saber mais.

MPPI orienta atuação estratégica para prevenção a situações de violência e promoção da cultura de paz

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (CAODEC), expediu a Nota Técnica nº 02/2023 – CAODEC/MPPI com sugestões de atuação estratégica para prevenção a situações de violência e promoção da cultura de paz no ambiente escolar dirigidas aos membros do MP, sem caráter vinculativo. [Confira a Nota Técnica na íntegra](#).

Ministério Público do RS lança publicação “Escolas e Violências: Precisamos Falar Sobre Isso”

Foi lançado pelo Ministério Público do RS, o documento “ESCOLAS E VIOLÊNCIAS: PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO”, que tem por objetivo contribuir para o combate à violência no espaço escolar e promover a convivência pacífica em momentos de crise. Acesse o documento - Escola e violências - MPRS. O material está disponível para [download aqui](#).



MPDFT expede recomendação sobre segurança e acompanhamento dos estudantes do DF



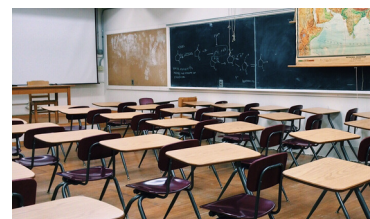
O Grupo de Apoio à Segurança Escolar (Gase) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) entregou no dia 19 de abril, aos gestores da Secretaria de Estado e Educação (SEE-DF) e da Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF), recomendação para que as pastas garantam a tranquilidade e o correto acompanhamento dos estudantes nas escolas da rede pública de ensino, bem como investimento em políticas públicas de promoção da cultura de paz e da saúde mental nas escolas. Clique [aqui](#) e acesse o arquivo da recomendação.

MPPE orienta população sobre episódios de violência nas escolas

Visando a prevenção e o enfrentamento à violência no ambiente estudantil em todas as suas formas, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) produziu material institucional com orientações direcionadas à comunidade escolar e à população em geral. [Confira neste link](#). O MPPE também emitiu uma [nota técnica](#) direcionada a Promotores e Promotoras de Justiça, no sentido de orientá-los em sua atuação na proteção de estudantes, professores, funcionários e toda comunidade escolar, seja das redes pública ou privada do Estado.

MPSP quer que pais paguem indenização após filha postar vídeo insinuando ataque a escola

A Promotoria de Justiça de Itapeva quer que os pais de uma adolescente de 13 anos que publicou na internet vídeo anunciando um ataque para o dia 20 de abril paguem R\$ 50 mil a título de indenização por dano moral coletivo. O pedido feito ao Judiciário está em ação ajuizada no dia 17/04/2023.



[MPPE recomenda às escolas particulares do Recife assegurar inclusão dos estudantes; Estado e Prefeitura deverão fiscalizar](#)



As Promotorias de Justiça de Defesa da Educação da Capital recomendaram a toda a rede de ensino particular do Recife assegurar a inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Essa providência é resultado direto das discussões apresentadas sobre o tema em audiência pública promovida pelo Ministério Público de Pernambuco no dia 16 de março. A recomendação foi publicada no [Diário Oficial Eletrônico do MPPE](#).

[MPRN quer que Município garanta 6º horário em escolas da rede estadual](#)

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) recomendou que a Prefeitura de Parnamirim disponibilize transporte escolar para unidades escolares que ofertam o 6º horário para os alunos da rede pública estadual. Essa medida, em específico, é direcionada ao prefeito e ao secretário de Educação do Município. Para publicar a recomendação, o Ministério Público levou em consideração a informação de que as escolas estaduais situadas em Parnamirim não desenvolvem o 6º horário em razão do transporte escolar não ter sido organizado para apanhar os alunos após esse horário. Clique [aqui](#) e leia a recomendação na íntegra.



[Decisão acolhe Ação do MPGO e condena município de Goianápolis a pagar o piso salarial do magistério e também valores retroativos](#)



Ao acolher (julgar parcialmente procedente) ação civil pública proposta pelo Ministério Público de Goiás (MPGO), a Justiça condenou o município de Goianápolis a adequar o salário-base das professoras e professores municipais ao piso salarial nacional, estabelecido pela Lei nº 11.738/2008, conhecida como Lei do Piso. A ação foi proposta em setembro de 2012 pelo promotor de Justiça Eliseu Antônio da Silva Belo, que respondia então pela comarca. Acompanha atualmente o processo a promotora Melissa Sanchez Ita, titular da Promotoria de Goianápolis.

[MPPE recomenda que Prefeitura realize o fornecimento adequado de fardamento para a rede de ensino municipal](#)

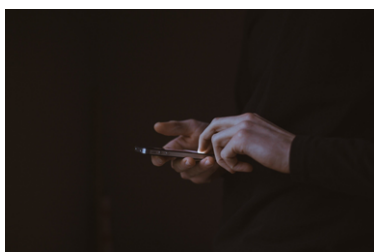
Após tomar ciência de irregularidades a respeito do fornecimento de fardamentos escolares completos na rede pública municipal de ensino de Abreu e Lima, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio da 3ª Promotoria de Justiça, recomendou à Prefeitura e Secretaria de Educação do município, que tomem as medidas necessárias para garantir a distribuição em quantidade suficiente para todos os alunos. O texto da recomendação foi publicado e pode ser consultado na íntegra no [Diário Oficial eletrônico do MPPE](#).



[MPGO recomenda a contratação de assistência Psicológica a alunos e professores da Rede Pública de Caldas Novas e Rio Quente para prevenir atos de violência nas escolas](#)

O Ministério Público de Goiás (MPGO), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Caldas Novas, expediu recomendação às secretarias municipais de Educação de Caldas Novas e de Rio Quente para que contratem equipe técnica que garanta assistência psicológica a alunos e professores nos estabelecimentos de ensino das redes públicas municipal e estadual. O MP também sugere a adoção de outras medidas destinadas à prevenção de atos de violências nas unidades escolares.

[MPGO quer destinar celulares apreendidos no complexo prisional de Aparecida de Goiânia para estudantes da Rede Pública](#)



O promotor de Justiça Fernando Aurvalle Krebs, que responde pela 25ª Promotoria de Goiânia, com atribuição na execução penal, instaurou procedimento administrativo para acompanhar a política pública de destinação de celulares apreendidos no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. A ideia é dar uma finalidade socialmente útil aos aparelhos, entregando-os para os estudantes da rede pública de ensino do Estado, mas desde que eles não sejam provenientes de furto ou roubo. Assim, os alunos poderão ter acesso à internet e a conteúdos educativos e culturais capazes de complementar seus estudos.

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

[Lei que prevê reajuste anual do piso salarial nacional dos professores da educação básica tem plena eficácia, defende Câmara do MPF](#)

A Lei 11.738/2008, que regulamenta o piso nacional dos profissionais do magistério da educação básica e define sua metodologia de atualização, está vigente e goza de plena validade e eficácia no ordenamento jurídico nacional. Esse é o entendimento do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) Fundef/Fundeb, que reúne membros dos Ministérios Públicos Federal (MPF), dos Estados, de Contas e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. O Grupo é vinculado à Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do MPF (1CCR). [Acesse aqui a Íntegra da Representação.](#)



[Ministério Público Federal recomenda que IFPB adote medidas para garantir inclusão educacional de estudantes com deficiência](#)

O Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) na Paraíba, recomendou ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) que adote medidas para garantir a inclusão educacional e autonomia de estudantes com deficiência em todos os campi do instituto no estado. [Acesse aqui a Íntegra da Recomendação.](#)

[Prefeitura se compromete com MPF a remanejar alunos para escolas fora de terra indígena no Pará](#)



A Prefeitura de Garrafão do Norte (PA) se comprometeu, em acordo com o Ministério Público Federal (MPF), a realizar a desmobilização de quatro escolas construídas irregularmente dentro da Terra Indígena (TI) Alto Rio Guamá, além de garantir a matrícula e o transporte escolar dos alunos em outras escolas municipais. O texto do acordo ressalta que nenhum desses alunos que serão remanejados são indígenas. [Íntegra do TAC.](#)

[MPF oficia à Seduc/AM sobre descumprimento de recomendação acerca de programas de alimentação escolar e alerta para responsabilização](#)

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou ofício à Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc/AM) para que, em dez dias, informe sobre o interesse em celebrar acordo para garantir a regionalização dos programas de merenda escolar no estado. O MPF propõe que, no prazo de 45 dias a contar de 20 de abril, seja lançada chamada pública específica para povos e comunidades tradicionais voltada à contratação de gêneros alimentícios da alimentação escolar. [Íntegra do ofício](#).

[MPF recomenda providências urgentes para criação e reconhecimento de escolas indígenas em Belterra \(PA\)](#)

No 19 de abril, Dia dos Povos Indígenas, o Ministério Público Federal (MPF) recomendou à secretária de Educação e ao prefeito de Belterra, no oeste do Pará, que tomem providências urgentes para a criação e o reconhecimento formal das escolas localizadas nas terras indígenas Munduruku-Takuara e Bragança-Marituba como educandários indígenas. A medida é essencial para garantir recursos e proteger direitos dos povos originários, ressalta o MPF. [Íntegra da recomendação](#).



OUTRAS NOTÍCIAS

[Cartilha online traz orientações preventivas contra violência escolar](#)



O Ministério da Educação (MEC) disponibilizou em seu site a cartilha **Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar**, com orientações à comunidade escolar sobre medidas preventivas e imediatas de proteção do ambiente escolar, de forma a dar mais eficácia aos programas de prevenção, intervenção e posvenção (cuidados prestados a enlutados por suicídio) de atos de violência em escolas e universidades. [Acesse aqui a cartilha na íntegra.](#)

[Projeto do CNJ para implantar Justiça Restaurativa em escolas começa em Planaltina \(DF\)](#)

A mais antiga região administrativa da capital federal protagoniza iniciativa inovadora, apoiada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de levar **Justiça Restaurativa** às escolas. A comunidade escolar do Centro de Ensino Fundamental 1 (CEF 1) de Planaltina se prepara para aprender a transformar os conflitos existentes, vislumbrando o potencial de crescimento e aprendizado a partir do conflito para o fortalecimento da comunidade escolar.



[Poder Judiciário de Mato Grosso se torna referência em práticas da Justiça Restaurativa na Educação](#)

No ano em que o Conselho Nacional da Justiça (CNJ) declarou 2023 como o 'Ano da Justiça Restaurativa na Educação', a originalidade do Poder Judiciário de Mato Grosso na implementação das práticas da Justiça Restaurativa no ambiente escolar foram consideradas modelo pelo conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e serão utilizadas como referência para a expansão do projeto em âmbito nacional. A afirmativa foi dada durante sua visita à Cuiabá, no dia 12 de abril.

STF decide se universidade pode reservar vagas a alunos do Estado



A lei estadual 2.894/04, do Amazonas, reservou 80% das vagas oferecidas pela UEA - Universidade do Estado do Amazonas a candidatos egressos de escolas de ensino médio do Estado (públicas e particulares), desde que nelas tenham cursado os três anos obrigatórios. Os 20% restantes foram destinados aos demais candidatos. O processo eleito como paradigma para a discussão da matéria é o [RE 614.873](#), no qual a UEA questiona decisão do TJ/AM que apontou a inconstitucionalidade de dispositivos da lei estadual com base no artigo 206, inciso I, da CF, que dispõe sobre a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Poder Judiciário certifica facilitadores de círculos de paz para atuarem nas escolas de Rondonópolis

O Poder Judiciário de Mato Grosso avança na expansão da Justiça Restaurativa no Estado. Na manhã desta sexta-feira (28.04), 19 novos facilitadores e facilitadoras dos círculos de construção de paz foram certificados (as) em Rondonópolis. Isso torna a Comarca a primeira a certificar exclusivamente profissionais da educação que atuarão na rede estadual de ensino do município. Das 30 escolas estaduais, 16 já possuem facilitadores.



Município de Araricá não é obrigado a divulgar relação nominal de alunos da Educação Infantil



A lei do município de Araricá que determinava ao Executivo divulgar a relação nominal dos alunos ocupantes das vagas de Educação Infantil, foi declarada inconstitucional pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça gaúcho. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn 70085703775) foi ajuizada pelo Prefeito do Município. Ele apontou vício na Lei Municipal nº 1.658/2022, editada pela Câmara de Vereadores local, que determina a "divulgação da capacidade de atendimento, lista nominal das vagas atendidas, total de vagas disponíveis, e a lista de espera das vagas para a educação Infantil e dá outras providências."



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br